



Município de Alenquer

Divisão de Contratação Pública

Unidade Técnica de Contratação Pública

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE
SUPORTE À CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO “REDE MUNDIAL DAS
CIDADES DO ESPÍRITO SANTO”**

PROC. 161/2024_CMA

- AJUSTE DIRETO -

CADERNO DE ENCARGOS



ÍNDICE

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS	3
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	3
CLAUSULA 1.^a (OBJETO)	3
CLÁUSULA 3.^a (DURAÇÃO DO CONTRATO)	3
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	4
SECÇÃO I – OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS	4
CLAUSULA 4.^a (OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS).....	4
CLÁUSULA 5.^a – DEVER DE INFORMAÇÃO	5
CLAUSULA 6.^a (OBJETO DO DEVER DE SIGILO).....	5
CLAUSULA 7.^a (TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE)	5
SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ALENQUER	6
CLÁUSULA 8.^a (PREÇO BASE)	6
CLÁUSULA 9.^a (PREÇO CONTRATUAL).....	6
CLÁUSULA 10.^a (CONDIÇÕES DE PAGAMENTO)	6
CAPÍTULO III - SANÇÕES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	7
CLÁUSULA 11.^a(SANÇÕES CONTRATUAIS).....	7
CLAUSULA 12.^a (FORÇA MAIOR).....	7
CLÁUSULA 13.^a (RESOLUÇÃO POR PARTE DO MUNICÍPIO DE ALENQUER).....	8
CLÁUSULA 14.^a (RESOLUÇÃO POR PARTE DO PRESTADOR DE SERVIÇOS).....	8
CAPÍTULO IV - CAUÇÃO E SEGUROS	9
CLAUSULA 15.^a (CAUÇÃO)	9
CLÁUSULA 16.^a (SEGUROS).....	9
CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	9
CLAUSULA 17.^a (FORO COMPETENTE)	9
CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS.....	9
CLÁUSULA 18.^a (SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL)	9
CLÁUSULA 19.^a (COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES)	9
CLÁUSULA 20.^a (CONTAGEM DOS PRAZOS).....	10
CLÁUSULA 21.^a (LEGISLAÇÃO APLICÁVEL).....	10
PARTE II - CLÁUSULAS ESPECÍFICAS.....	10
CLAUSULA 22.^a (CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO)	10



PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

CLAUSULA 1.ª (OBJETO)

1 - O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE SUPORTE À CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO "REDE MUNDIAL DAS CIDADES DO ESPÍRITO SANTO"**, de acordo com as cláusulas constantes do presente caderno de encargos.

2 – A presente prestação corresponde a categoria **72224000-1 – Serviços de consultoria em gestão de projetos**, conforme o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão de 28 de novembro de 2007 que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), e as Diretivas do Parlamento Europeu e do Conselho 2014/24/CE relativa aos processos de adjudicação de contratos, no que respeita à revisão do CPV.

CLAUSULA 2.ª (CONTRATO)

1 - Não é exigível a redução do contrato a escrito, ao abrigo do disposto da alínea a) no n.º 1 do artigo 95.º CCP, entende-se que o contrato resulta da conjugação do caderno de encargos com o conteúdo da proposta adjudicada, emitindo-se uma Requisição Externa (nota de encomenda).

2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

CLÁUSULA 3.ª (DURAÇÃO DO CONTRATO)

1 – O contrato terá início no dia útil seguinte ao envio da Requisição Externa e manter-se-á em vigor até à conclusão do serviço, a qual deverá ocorrer no prazo máximo de 3 meses, conforme especificações técnicas.



2 - O contrato mantém-se em vigor pelo prazo estabelecido, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devem perdurar para além da cessação do contrato.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I – OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

CLAUSULA 4.^a (OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS)

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos, da celebração do contrato decorre para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a. Garantir, ao longo da vigência do contrato, a prestação dos serviços objeto do contrato de acordo com o definido no presente caderno de encargos, nomeadamente na sua Parte II, bem como nos demais documentos contratuais e na proposta adjudicada;
- b. Participar em reuniões de coordenação, sempre que necessário, com o gestor de contrato e com os técnicos indicados pelo Município de Alenquer, as quais são alvo de convocação escrita, de ambas as partes, com uma antecedência mínima de dois dias;
- c. Comunicar, antecipadamente, ao Município de Alenquer, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens e serviços, objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
- d. Garantir o cumprimento todas as normas legais e regulamentares aplicáveis à prestação de serviços objeto de contrato;
- e. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial.
- f. Cumprir o disposto no artigo 419.º-A do CCP, aplicável por força do artigo 451.º n.º 2 do CCP, no que respeita ao vínculo laboral dos trabalhadores afetos à execução do contrato;
- g. Respeitar as normas em vigor aplicáveis em matéria laboral, social, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional e regional.

2 - A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à boa execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.



CLÁUSULA 5.ª – DEVER DE INFORMAÇÃO

- 1 – O prestador de serviços deve informar, de imediato, o Município de Alenquer de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respectivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
- 2 – O prestador de serviços deve avisar o Município de Alenquer de quaisquer circunstâncias, constituam ou não casos fortuitos ou de força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento, ou o cumprimento tempestivo, de qualquer uma das suas obrigações.
- 3 – O prestador de serviços deve ainda informar do tempo e da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato e, quando sejam possíveis, das diligências que realizou, ou realizará, para obviar a esse facto.

CLAUSULA 6.ª (OBJETO DO DEVER DE SIGILO)

- 1 - O Município de Alenquer e o prestador de serviços obrigam-se a guardar sigilo e confidencialidade sobre todos os assuntos objeto do contrato e tratar como confidenciais todos os documentos a que tenham acesso no âmbito do seu desenvolvimento, abrangendo esta obrigação os seus agentes, funcionários ou colaboradores que se encontrem envolvidos no procedimento ao qual o mesmo deu origem.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - Excluem-se do âmbito dos números anteriores toda a informação gerada por força da execução do contrato, bem como todos os assuntos ou conteúdo de documentos que por força de disposição legal tenham de ser publicitados e/ou sejam do conhecimento público.
- 4 - As obrigações previstas na presente cláusula mantêm-se, independentemente da cessação do presente contrato por qualquer motivo.

CLAUSULA 7.ª (TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE)

- 1- Com a entrega dos elementos resultantes da prestação de serviços objeto de contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade, assim como dos direitos de utilização para a entidade adjudicante, bem como outros direitos de propriedade intelectual, produtos dele resultantes, documentação e elementos afins, bem como dos produtos resultantes de todas as ulteriores adaptações que se venham a revelar necessárias.
- 2- Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.



SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ALENQUER

CLÁUSULA 8.ª (PREÇO BASE)

- 1 – O preço base é o preço máximo que o Município de Alenquer se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto de contrato.
- 2 – O preço base fixado para a execução das prestações objeto do contrato é de **€ 7.500 (sete mil e quinhentos euros)**, acrescidos do IVA à taxa em vigor.

CLÁUSULA 9.ª (PREÇO CONTRATUAL)

- 1 – Pela prestação de serviços objeto de contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Alenquer deve pagar ao prestador de serviços os preços constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa em vigor, se este for legalmente devido.
- 2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Alenquer (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

CLÁUSULA 10.ª (CONDIÇÕES DE PAGAMENTO)

- 1 – As quantias devidas pelo Município de Alenquer, nos termos da cláusula anterior, serão pagas, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, após a receção e validação pelo Município de Alenquer das respetivas faturas, as quais só pode ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, nos termos do disposto do número 1 do artigo 299.º do Código dos Contratos Públicos, devendo conter a menção do número de compromisso e do número de requisição externa, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;
- 2 – As faturas deverão ser emitidas nos seguintes termos:
 - 10 % após entrega da Atividade 1 - Metodologia e Planeamento dos Trabalhos;
 - 35 % após entrega da Atividade 2 - Análise e Contributos para a Constituição da Associação;
 - 55 % após entrega da Atividade 3 - Estudo de Viabilidade Económico-Financeiro.
- 3 - Em caso de discordância por parte do Município de Alenquer quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de novas faturas corrigidas ou nota de crédito.
- 3 – Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária.



CAPÍTULO III - SANÇÕES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

CLÁUSULA 11.ª (SANÇÕES CONTRATUAIS)

- 1 - Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, o Município de Alenquer pode aplicar ao prestador de serviços o pagamento de uma sanção de natureza pecuniária de até 5 % do preço contratual, a fixar em função da gravidade do incumprimento.
- 2 - O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo de resolução do contrato.
- 3 - Nos casos em seja atingido o limite previsto no número anterior e o Município de Alenquer decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
- 4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Alenquer tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
- 5 - As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Alenquer, em caso de resolução do contrato, a título sancionatório, por incumprimento do prestador de serviços, exija uma indemnização pelo dano excedente, nos termos do artigo 333.º do CCP.
- 6 - Os valores das penas pecuniárias serão deduzidos na(s) fatura(s) do prestador de serviços.
- 7 - Caso não exista(m) fatura(s) que permita(m) efetuar o desconto da pena pecuniária, o prestador de serviços fica obrigado à liquidação da dívida.

CLAUSULA 12.ª (FORÇA MAIOR)

- 1 - Não podem ser impostas sanções ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3 - Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;



- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ônus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 13.ª (RESOLUÇÃO POR PARTE DO MUNICÍPIO DE ALENQUER)

- 1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Alenquer pode resolver o contrato por razões de interesse público, devidamente fundamentado, designadamente na alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, e ainda, a título sancionatório, no caso do prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nos termos previstos nos artigos 333.º, 334.º e 335.º do CCP.
- 2 – O direito de resolução referidos no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Alenquer.
- 3 - A resolução do contrato produz efeitos a partir da data fixada na respetiva notificação.

CLÁUSULA 14.ª (RESOLUÇÃO POR PARTE DO PRESTADOR DE SERVIÇOS)

- 1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando se verifique o incumprimento de obrigações pecuniárias pelo Município de Alenquer por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros de mora;
- 2 - Nos casos previstos no número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Alenquer, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
- 3 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das



prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

CAPÍTULO IV - CAUÇÃO E SEGUROS

CLAUSULA 15.ª (CAUÇÃO)

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos, não é obrigatória a prestação de caução no âmbito do presente contrato.

CLÁUSULA 16.ª (SEGUROS)

- 1 – É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes a prestação de serviços, exigidos por lei, durante a vigência do contrato.
- 2 – O Município de Alenquer pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços exibir a mesma no prazo de 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

CLAUSULA 17.ª (FORO COMPETENTE)

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa.

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 18.ª (SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL)

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 19.ª (COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES)

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.



CLÁUSULA 20.ª (CONTAGEM DOS PRAZOS)

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias de feriados.

CLÁUSULA 21.ª (LEGISLAÇÃO APLICÁVEL)

Tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos, o contrato é regulado pelo Código dos Contratos Públicos.

PARTE II - CLÁUSULAS ESPECÍFICAS

CLAUSULA 22.ª (CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO)

O serviço objeto do contrato deve ser realizado da seguinte forma:

Atividade 1 - Metodologia e Planeamento dos Trabalhos

Duração – 1 semana

- A. Caracterização da metodologia e trabalhos a desenvolver;
- B. Identificação do cronograma dos trabalhos e respetiva calendarização.

Atividade 2 – Análise e Contributos para a Constituição da Associação

Duração – 5 semanas

- A. Identificação dos territórios de atuação;
- B. Identificação e justificação das necessidades que se pretendem satisfazer;
- C. Demonstração da existência de procura atual e futura;
- D. Identificação do benefício social resultante para os cidadãos;
- E. Definição da Missão, da Visão estratégica e dos Valores;
- F. Definição de eixos de atuação e objetivos específicos;
- G. Construção de uma Marca estratégica para a Associação (logotipo e manual de normas);
- H. Definição de medidas de comunicação e divulgação externas e internas através de diferentes suportes.

Atividade 3 – Estudo de Viabilidade económico-Financeiro

Duração – 6 semanas



- A. Investimentos:
 - a. Análise dos investimentos necessários à execução do projeto e respectivos montantes;
 - b. Análise do cronograma físico e financeiro;

- B. Receitas de exploração:
 - a. Cálculo das receitas de exploração por ano;
 - b. Determinação do valor ótimo da quota;

- C. Custos de exploração: cálculo dos custos de exploração por ano;
- D. Mapa de cash-flow de exploração: análise das receitas e custos do projeto determinando o valor gerado em cada ano;
- E. Necessidades de financiamento: análise e determinação dos montantes de financiamento necessários para o investimento e para a atividade;
- F. Sustentabilidade do projeto:
 - a. Avaliação da sustentabilidade do projeto a curto e médio prazo;
 - b. Análise das fontes de financiamento;

- G. Avaliação dos efeitos da atividade da entidade estrutura organizacional de custos e os recursos humanos do município.